



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS nº 205385-2 – Recife (4ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Adv. Severino José de Carvalho.

PACIENTE: **Emerson do Monte Davino Ferreira.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

102

**CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ARTIGO 312 DO CPP E FAVORABILIDADE DOS ATRIBUTOS SUBJETIVOS. INSUFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO WRIT. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGACÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.**

I - Os alegados motivos que dariam azo à concessão da liberdade provisória do réu não vieram acompanhados de qualquer elemento de prova apto a corroborá-los, não tendo, dessa forma, o impetrante demonstrado a liquidez e certeza do direito perquirido, o que era de seu total encargo, mormente por ser profissional habilitado para o exercício da advocacia.

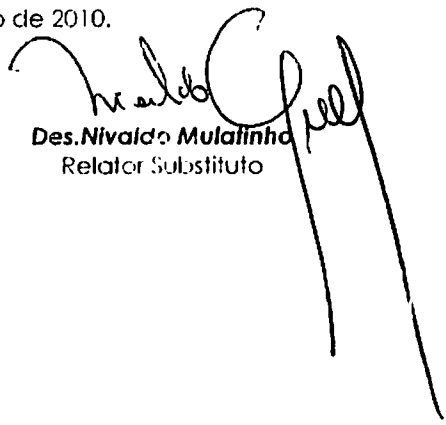
II - Assim, mesmo existindo a custódia cautelar preventiva, que, a princípio, poderia ser desconstituída pela presente via, a absoluta falta de respaldo probatório dos autos, por impossibilitar a análise acurada da realidade fática enfrentada pelo paciente, impõe a denegação da ordem.

III - Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

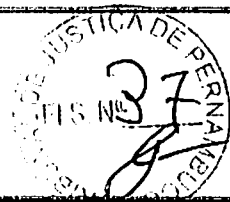
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n. 205385-2, em que figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco na sessão de /01/2010, à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do relatório e voto que seguem em anexo e que passam a integrar este acórdão.

Recife, 29 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho  
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS nº 205385-2 – Recife (4ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Adv. Severino José de Carvalho.

103

PACIENTE: **Emerson do Monte Davino Ferreira**.

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

### RELATÓRIO

O Advogado Severino José de Carvalho, inscrito na OAB-PE sob o nº. 10.919, ajuizou, com arrimo nos artigos 5º, incisos LVII da Constituição Federal, 647 e seguintes do Código de Processo Penal, pedido de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, em favor de **Emerson do Monte Davino Ferreira**, qualificado às fls. 02/03 dos autos, preso preventivamente, como incurso nas penas do artigo 157, §§ 1º e 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro, e à disposição do Exmo. Sr. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca do Recife (Processo nº 001.2009.135080-9).

Alega o impetrante, na exordial de fls. 02/12, em síntese, a ausência de quaisquer dos motivos exigidos para a decretação da custódia preventiva do paciente. Assevera que os atributos subjetivos de Emerson do Monte Davino Ferreira, por serem de todo favoráveis, também militam em seu favor, sendo fato o seu direito subjetivo à liberdade provisória.

Não houve pedido de concessão de liminar.

A autoridade impetrada prestou as devidas informações (ofício de fls. 24/25).

O Ministério Público, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, opinou, às fls. 31/32, pelo não conhecimento do pedido.

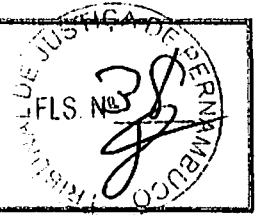
É o relatório.

### VOTO

Infere-se dos autos que o paciente **Emerson do Monte Davino Ferreira** foi denunciado sob a acusação de ter subtraído, mediante grave ameaça, consubstanciada pelo emprego de arma de fogo, e em comunhão de desígnios e ações com indivíduo não identificado, a quantia aproximada de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em espécie, do caixa do Restaurante Nazaré, atqn/acfine



104



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

localizado na Travessa São Miguel, no bairro de Afogados, de propriedade da vítima Maria Nazaré de Melo, e, ainda, R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) da Sra. Marlene Oliveira de Moraes, irmã da primeira vítima, além de aparelhos celulares de um cliente do restaurante que não foi identificado.

A denúncia foi recebida em 27.10.2009, ocasião em que foi decretada a custódia cautelar do paciente, e determinada sua citação, para oferecimento de defesa escrita no prazo legal.

Na oportunidade em que foi citado pessoalmente, especificamente em 30.11.2009, a custódia cautelar vergastada ainda não tinha sido efetivada, tendo sido o réu encontrado em sua residência, ainda em liberdade. Provavelmente, não lhe foi dada voz de prisão imediata, por desconhecimento, pelo Oficial de Justiça, da existência de mandado prisional em seu desfavor.

Segundo informou o douto magistrado de primeiro grau, até a chegada, naquele Juízo, do pedido de informações referente a este writ, instruído com cópia da peça inicial, não havia qualquer informação a respeito da captura do paciente.

No dia 03.12.09, foi apresentada a defesa preliminar, acompanhada do rol de testemunhas. O processo, então, encontra-se no aguardo da realização da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 23 de fevereiro do corrente ano.

Prefacialmente, destaco que os alegados motivos que dariam azo à concessão da liberdade provisória do réu, quais sejam, a favorabilidade de seus atributos subjetivos e a ausência dos fundamentos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, não vieram acompanhados de qualquer elemento de prova apto a corroborá-los. Dessa forma, o impetrante não demonstrou a liquidez e certeza do direito perquirido, o que era de seu total encargo, mormente por ser profissional habilitado para o exercício da advocacia.

Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS - PRISÃO EM FLAGRANTE - REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - IMPETRAÇÃO POR ADVOGADO - CONSEQUÊNCIA - O advogado que impetra habeas corpus, por ser detentor de capacidade postulatória, tem a obrigação de bem instruir a inicial, sob pena de inviabilizar o exame da postulação (STF) (TJSC - HC 00.024955-6 - C. Fér. - Rel. Des. Nilton Macedo Machado - J. 10.01.2001).**



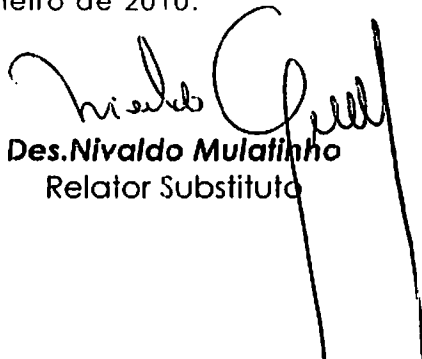
105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Assim, mesmo existindo a custódia cautelar preventiva, que, a princípio, poderia ser desconstituída pela presente via, a absoluta falta de respaldo probatório dos autos, por impossibilitar a análise acurada da realidade fática enfrentada pelo paciente, impõe a denegação da ordem.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho**  
Relator Substituto